

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	5
<i>I – Introdução</i> .....	19
<b>II – O Ordenamento Jurídico</b>	
<b>1. Noção de “ordenamento jurídico”</b>	
1.1 <i>Ideia de “ordenamento jurídico”</i> .....	29
1.2 <i>Finalidade essencial do ordenamento jurídico</i> .....	32
1.3 <i>A segurança jurídica na ideia de Direito</i> .....	33
<b>2. O ordenamento jurídico como sistema</b>	
2.1 <i>Ordenação e unidade</i> .....	35
2.2 <i>Coerência</i> .....	35
<b>3. O critério hierárquico</b>	
3.1 <i>Hierarquia e poder normativo</i> .....	37
3.2 <i>Poder normativo e quórum de votação</i> .....	38
3.3 <i>Hierarquia normativa e qualificação de cada espécie por critérios formais</i> .....	39
3.4 <i>Importância dos conceitos</i> .....	41
3.5 <i>Superação das antinomias do sistema</i> .....	43
<b>4. O ordenamento jurídico brasileiro</b>	
4.1 <i>Delimitação do tema</i> .....	45
4.2 <i>Necessidade de escalonamento hierárquico</i> .....	45
4.3 <i>Espécies normativas produzidas pelo Congresso Nacional</i>	

4.3.1	<i>Divisão de poderes e as funções estatais</i>	46
4.3.2	<i>O processo legislativo</i>	48
4.3.3	<i>Constituição</i>	51
4.3.4	<i>Emendas à Constituição</i>	54
4.3.5	<i>Leis complementares</i>	59
4.3.6	<i>Leis ordinárias</i>	64
4.3.7	<i>Leis delegadas</i>	66
4.3.8	<i>Medidas provisórias</i>	67
4.3.9	<i>Decretos legislativos</i>	69
4.3.10	<i>Resoluções</i>	69
4.4	<i>Espécies normativas de outras origens</i>	
4.4.1	<i>Espécies normativas peculiares</i>	70
4.4.2	<i>Regimentos dos tribunais</i>	70
4.4.3	<i>Tratados e convenções internacionais</i>	71
4.4.4	<i>Decretos e regulamentos</i>	73
4.4.5	<i>Normas complementares</i>	75

### **III – Lei Complementar no Direito Brasileiro**

#### **1. O que é uma lei complementar**

1.1	<i>Conceitos de lógica jurídica e conceitos de direito positivo</i>	80
1.2	<i>Lei complementar como conceito de lógica jurídica</i>	82
1.3	<i>Lei complementar como conceito jurídico-positivo</i>	84
1.4	<i>Questão de direito intertemporal</i>	86
1.5	<i>Quórum qualificado para aprovação da lei complementar</i>	87
1.6	<i>Configuração como espécie normativa na Constituição</i>	
	<i>Federal de 1967</i>	90

#### **2. Lei complementar na Constituição de 1988**

2.1	<i>Elenco de espécies normativas resultantes do processo legislativo</i>	92
2.2	<i>Matérias reservadas à lei complementar</i>	93
2.2.1	<i>Reserva feita expressamente</i>	94

2.2.2 <i>Admitindo a reserva às vezes implícita na referência à lei</i> .....	96
2.2.3 <i>Reserva implícita mais ampla</i> .....	97
2.3 <i>Regime especial de elaboração, com exigência de quórum qualificado</i> .....	99
2.4 <i>Identidade da lei complementar como conceito jurídico-positivo</i> .....	100
<b>3. Caracterização da lei complementar</b>	
3.1 <i>Explicação para a tese que exige elemento material</i> .....	102
3.2 <i>Impossibilidade de caracterização pela matéria</i> .....	105
3.3 <i>Caracterização pelos elementos formais</i> .....	110
<b>4. Posição hierárquica da lei complementar</b>	
4.1 <i>O ordenamento jurídico como um sistema hierarquizado</i> ..	111
4.2 <i>Negando a existência de hierarquia</i> .....	112
4.3 <i>Afirmando a superioridade hierárquica da lei complementar</i> .....	113
4.4 <i>Afirmando a hierarquia e restringindo a identidade pela matéria</i> .....	117
4.5 <i>Posição peculiar negando a hierarquia e a qualificação pela matéria</i> .....	119
4.6 <i>Hierarquia e reserva de matéria como hibridismo inconsequente</i> .....	120
<b>5. Preservação da segurança jurídica</b>	
5.1 <i>A segurança como valor inerente à essência do Direito</i> ..	121
5.2 <i>O exclusivo e o gradual</i> .....	122
5.3 <i>Arguta observação de Alexandre de Moraes</i> .....	123
5.4 <i>A segurança como diretriz para o intérprete</i> .....	124
<b>6. Natureza jurídica do Código Tributário Nacional</b>	
6.1 <i>Uma razão do questionamento sobre a posição hierárquica da lei complementar</i> .....	125
6.2 <i>Razão da exigência de lei complementar para alterar uma lei ordinária</i> .....	126

## **7. A Lei Complementar 123/2006**

7.1 Em defesa da segurança jurídica .....	127
7.2 Delimitação das matérias reservadas à lei complementar ..	128
7.3 O reconhecimento da dificuldade pelo próprio legislador ..	131
7.4 Validade e limite da delegação .....	132

## **8. Exame crítico da tese que qualifica a lei complementar pela matéria**

8.1 Considerações iniciais .....	133
8.2 Limites materiais para edição de leis complementares ...	134
8.3 A lei complementar não pode invadir o campo da lei ordinária .....	137
8.4 Redução do campo reservado à lei ordinária .....	138
8.5 A tese é inconciliável com a teoria da recepção .....	139
8.6 O requisito material e a segurança jurídica .....	141
8.6.1 Exigência do elemento material e a segurança jurídica .....	142
8.6.2 A álea e a segurança jurídica .....	143
8.6.3 O quórum especial como requisito de validade .....	144
8.6.4 A Lei Complementar 123/2006 e a Constituição de 1824 .....	145
8.7 Fundamento de validade .....	145
8.8 Outros aspectos do debate	
8.8.1 Isenção da COFINS .....	150
8.8.2 Inexistência de regra expressa na Constituição Federal .....	151
8.8.3 Utilidade da reserva de matérias à lei complementar	152
8.8.4 Os decretos legislativos e as resoluções .....	153
8.8.5 Rigidez e hierarquia .....	154
8.8.6 Impossibilidade de ampliação da reserva de matérias	155



## **IV – A Lei Complementar Tributária**

### **1. A lei complementar como espécie normativa**

1.1 A identidade da lei complementar .....	158
1.2 Funções da lei complementar em matéria tributária .....	159
1.3 Para quê serve a reserva de lei complementar .....	160
1.4 Preservação da livre concorrência .....	161
1.5 Porque pode dispor sobre matéria a ela não reservada ...	162

### **2. A hierarquia e a validade das normas tributárias**

2.1 Hierarquia inerente ao sistema normativo .....	163
2.2 Validade formal e validade material .....	164
2.3 O Código Tributário Nacional .....	164
2.4 Os decretos-leis e os decretos .....	169

### **3. Matérias reservadas à lei complementar**

3.1 Reserva expressa ou implícita .....	169
3.2 Razão de ser da tese que amplia o campo da lei complementar .....	170
3.3 Examinando as matérias reservadas à lei complementar	
3.3.1 Conflitos de competência em matéria tributária .....	171
3.3.1.1 Conflito entre União e Municípios: IPI ou ISS .....	173
3.3.1.2 Conflito entre União e Municípios: ITR ou IPTU .....	176
3.3.2 Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	179
3.3.3 Normas gerais em matéria tributária .....	180
3.3.4 Critérios especiais de tributação .....	185
3.3.5 Instituição de empréstimos compulsórios	
3.3.5.1 A regra da Constituição e seu objetivo .....	186
3.3.5.2 Natureza jurídica do empréstimo compulsório .....	186
3.3.5.3 Regime jurídico do empréstimo compulsório..	193

3.3.6	<i>Condições para o gozo de imunidade pelas instituições sem fins lucrativos</i>	
3.3.6.1	Imunidade como limitação ao poder de tributar .....	199
3.3.6.2	Imunidade das instituições de educação .....	199
3.3.6.3	Nossa proposta sobre a imunidade das instituições de educação .....	203
3.3.6.4	Imunidade das instituições de assistência social .....	204
3.3.7	<i>Informações sobre ônus tributários nos preços</i> .....	206
3.3.8	<i>Instituição do imposto sobre grandes fortunas</i> .....	206
3.3.9	<i>Isenção do imposto de renda para aposentados</i> .....	209
3.3.10	<i>Competência residual</i> .....	209
3.3.11	<i>Competência para a instituição do ITCMD</i> .....	211
3.3.12	<i>Definição de aspectos do ICMS</i> .....	211
3.3.13	<i>Definição dos serviços tributáveis pelos Municípios</i>	213
3.3.14	<i>Fixação de alíquotas máximas e mínimas do ISS</i> ..	216
3.3.15	<i>Iisenções do ISS para exportação de serviços</i> .....	218
3.3.16	<i>Forma e condições da concessão de isenções do ISS</i> .....	218
3.3.17	<i>Outras fontes de custeio da seguridade social</i> .....	219
3.3.18	<i>Imunidade das entidades beneficentes</i> .....	221
3.3.19	<i>Limitação às remissões e anistias</i> .....	221
3.3.20	<i>Instituição do IPMF que virou CPMF</i> .....	223
<b>4.</b>	<b><i>Hierarquia normativa e reserva de matérias</i></b>	
4.1	<i>Sistema hierarquizado de normas</i> .....	225
4.2	<i>Norma superior tratando de matéria própria de norma inferior</i> .....	225
<b>5.</b>	<b><i>Inconstitucionalidade formal da Lei 11.457/2007</i></b>	
5.1	<i>Matéria reservada à lei complementar</i> .....	227
5.2	<i>Dispositivos da Lei 11.457/2007</i> .....	228

<b>6. Sociedades prestadoras de serviços profissionais</b>	
6.1 Instituição da COFINS por lei complementar .....	229
6.2 Isenção .....	229
6.3 Revogação da isenção .....	230
6.4 A tese que aumenta a insegurança jurídica .....	231
6.5 A segurança jurídica e a jurisprudência .....	231
<b>V – Conclusões</b> .....	235
<b>Bibliografia</b> .....	241